

## REQUERIMENTO

**Assunto:** *Solicitando ao prefeito o envio da documentação integral referente à prestação de contas da Festa da Cerejeira do exercício de 2025.*

Considerando que a Lei Municipal nº 5.080/2016 institui a normatização para a apresentação da prestação de contas da Festa da Cerejeira no Município de Garça;

Considerando que, em diligência realizada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, verificou-se que a documentação apresentada de forma parcial no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOEM) não permite a devida rastreabilidade da utilização dos recursos públicos;

Considerando, ainda, o relato de que a integralidade dos recibos, contratos e extratos bancários não estaria disponível para consulta imediata, contrariando a publicação oficial que afirmava estarem tais documentos arquivados na referida pasta;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Senhor Prefeito para que, através do setor competente, forneça a esta Casa a cópia integral dos seguintes documentos relativos à Festa da Cerejeira 2025:

- 1) Todos os recibos, contratos e notas fiscais de compras e contratações de serviços;
- 2) Extratos bancários completos da conta destinada à movimentação dos recursos do evento, e não apenas os extratos inicial e final;
- 3) Comprovantes de pagamento e demais documentos comprobatórios que fundamentam o balanço final do evento, que apresentou um déficit financeiro de R\$ 30.747,85.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

A presente solicitação fundamenta-se no dever de fiscalização deste Poder Legislativo e no princípio da transparência pública, visando esclarecer possíveis inconsistências entre as publicações oficiais e a realidade documental apurada.

Informo, por fim, que o envio da documentação requisitada deverá ocorrer por meio digital, nos termos do § 3º do art. 51 da LOM c/c a Resolução nº 386/2020.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**ELAINE OLIVEIRA**

**Vereadora – PSD**

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

